



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681099 - PB (2021/0224775-7)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : RINALDO CIRILO COSTA  
**ADVOGADO** : RINALDO CIRILO COSTA - PB018349  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : JOSENILDO DOMINGOS BARBOSA DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : LUIZ JOSE MENDES NOGUEIRA  
**CORRÉU** : ASSEANDRO DE AZEVEDO FERREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSENILDO DOMINGOS BARBOSA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (Apelação Criminal n. 073.2009.000794-6/002).

O paciente foi condenado pela prática do delito de tráfico de entorpecentes.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que houve incremento da pena-base sem fundamentação adequada, tendo sido adotadas elementares inerentes ao tipo penal para negativar as circunstâncias judiciais do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que, revisando a dosimetria, seja fixada a pena-base no mínimo legal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg

no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente